



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 09/05/2023. Publicação: 10/05/2023. Nº 086/2023.

ISSN 2764-8060

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4275/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023– SRP. OBJETO: Registro de Preços para a eventual aquisição de Material Gráfico, em conformidade com o Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 18/2023, que é parte integrante desta Ata, bem como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. VALOR TOTAL: R\$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal após sua publicação na Imprensa Oficial. CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada pelo Diretor-Geral: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES. CONTRATADA: GRÁFICA E EDITORA SANTA CRUZ LTDA., CNPJ: 02.373.761/0001-14. Representada pela Sra. MARIALBA LOBO FERREIRA, CPF: 236.357.542-34. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis Federais nº. 10.520/2002 e nº 8.666/1993, dos Decretos federais nº 10.024/2019, e nº 7.892/2013, dos Atos Regulamentares nº 11/2014 – GPGJ e nº 01/2020 – GPGJ, ambos deste Órgão Ministerial, da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normativos legais aplicáveis à espécie.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4275/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023– SRP. OBJETO: Registro de Preços para a eventual aquisição de Material Gráfico, em conformidade com o Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 18/2023, que é parte integrante desta Ata, bem como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. VALOR TOTAL: R\$ 337.115,00 (trezentos e trinta e sete mil e cento e quinze reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal após sua publicação na Imprensa Oficial. CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada pelo Diretor-Geral: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES. CONTRATADA: RB GRÁFICA DIGITAL LTDA.; CNPJ: 16.951.665/0001-10. Representada pela Sra. LUCIANA ALVES DE REZENDE, CPF: 001.103.826-84. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis Federais nº. 10.520/2002 e nº 8.666/1993, dos Decretos federais nº 10.024/2019, e nº 7.892/2013, dos Atos Regulamentares nº 11/2014 – GPGJ e nº 01/2020 – GPGJ, ambos deste Órgão Ministerial, da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normativos legais aplicáveis à espécie.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4275/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023– SRP. OBJETO: Registro de Preços para a eventual aquisição de Material Gráfico, em conformidade com o Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 18/2023, que é parte integrante desta Ata, bem como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. VALOR TOTAL: R\$ 126.924,00 (Cento e vinte e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal após sua publicação na Imprensa Oficial. CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada pelo Diretor-Geral: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES. CONTRATADA: S PEREIRA DE SOUZA LTDA. – BERG'S PRINT, CNPJ: 40.630.032/0001-95. Representada pela Sra. SYLMARA PEREIRA DE SOUZA, CPF: 053.608.213-88. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis Federais nº. 10.520/2002 e nº 8.666/1993, dos Decretos federais nº 10.024/2019, e nº 7.892/2013, dos Atos Regulamentares nº 11/2014 – GPGJ e nº 01/2020 – GPGJ, ambos deste Órgão Ministerial, da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normativos legais aplicáveis à espécie.

São Luís-MA, 09 de maio de 2023.

João Carlos A. de Carvalho
Membro da CPL

Promotorias de Justiça da Comarcas da Capital

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

PORTARIA-24ªPJESPSLS - 62023

Código de validação: 1517248554

PORTARIA DE CONVERSÃO EM PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (PP) – 24ª PJCEAP

O Dr. JOSÉ CLÁUDIO CABRAL MARQUES, titular da 24ª Promotoria de Justiça Especializada – 1ª do Controle Externo da Atividade Policial, usando das atribuições que lhe confere o art.129, II e III da Constituição da República e o art. 26, I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93) e arts. 26, inc. IV e 27, inc. I, da Lei Complementar Estadual nº 013 e art. 8º, da Lei nº 7.347/85,